

## O PROFESSOR: FORMAÇÃO, CARREIRA/SALÁRIO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

– reflexões por uma organização politicamente competente –

Luís Soares de Araújo Filho\*

O exame do quadro educacional brasileiro, à luz de relatórios de pesquisas e diagnósticos recentemente realizados, tanto por instituições de ensino e pesquisa, quanto por órgãos da própria administração governamental, bem como de relatórios de conferências, congressos e encontros de professores, revela que a educação brasileira se encontra e se aprofunda numa situação cada vez mais caótica, o que sugere um renovado esforço para sua superação, que se entende deva se dar na perspectiva da organização da sociedade civil, onde as organizações dos educadores poderão desempenhar um papel relevante, desde que consiga avançar em sua competência política.

O reconhecimento oficial e a denúncia vazia – de significado e propósitos políticos – de diferentes organizações de educadores de que a educação vai mal têm levado a um aparente enfrentamento do problema pela sua simples constatação, quando na verdade o que se observa é uma tendência à acomodação por parte dos dirigentes educacionais, em seus diferentes níveis, e uma certa apatia ou inércia por parte da sociedade civil, notadamente das organizações dos educadores.

Dentre os múltiplos problemas que afligem a educação nacional, encontram-se aqueles ligados ao professor, nos aspectos de sua formação, carreira/salário e organização política. Observa-se que a tendência atual,

\* Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), atualmente exercendo a função de Assessor da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação (SEB/MEC), e aluno do Curso de Doutorado em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

como a de ontem, é de querer enfrentá-los via apadrinhamento pelo Estado, no que se levanta a dúvida se seria essa a alternativa mais recomendável, ou não seria mais correto que se pensasse em soluções a partir de uma competente atuação política das organizações dos educadores, desatrelada do Estado.

O objetivo deste artigo é precisamente o de iniciar uma discussão com os educadores, particularmente os envolvidos e comprometidos com o trabalho da organização competente da categoria profissional e dispostos a repensar a organização política dos educadores.

Aposta-se na mudança e com ela no comprometimento da classe. Tem-se consciência de que a questão não será resolvida no plano acadêmico. Esta se inscreve na órbita da **dominação da história** (Demo, 1986) e se dá, efetivamente, no campo das relações sociais, que outro não é, segundo Marx, senão o campo das relações de produção. Não obstante, reconhece-se a importância e relevância da teoria para uma prática coerente e consistente, pois no mínimo ela possibilita que se supere a visão ingênua, além de tornar as pessoas mais sagazes e menos **presa fácil** de boas intenções de governos e elites dominantes.

É preciso ir além da simples aparência da realidade, desmistificando-a e colocando-a a nu, face a face com suas próprias contradições e com as forças que a envolvem e a determinam para, conhecendo-a, e à luz da história, se poder buscar possíveis alternativas de superação.

A solicitação, para os fins a que se destina o presente artigo, é que se aborde a questão do professor nas dimensões formação, carreira/salário e organização política. Pretende-se tratá-las sem maiores preocupações formais de cientificidade e mais a partir da percepção que se tem dessa problemática e na perspectiva de que a sua abordagem pode ser feita de forma mais pertinente pela competente organização política dos educadores.

Assim, e para facilitar o seu desenvolvimento e compreensão pelo leitor, abordar-se-á o tema proposto em três níveis distintos e complementares, como:

- formação técnico-pedagógica;
- situação sócio-econômica;
- organização política

### Formação técnico-pedagógica

A compreensão que se tem da formação do professor em sua dimensão técnico-pedagógica é que esta deve passar por uma profunda reformulação ou reestruturação do sistema responsável por essa formação. O Brasil dispõe, hoje, de uma capacidade formal de preparo docente da ordem de 80 a 90 mil normalistas e de 85 mil licenciados por ano. Evidentemente, mal distribuída espacial e socialmente e completamente defasada do ponto de vista organizativo e pedagógico em relação às reais necessidades presentes e às que se prevêem para o futuro.

De antemão, é fundamental reconhecer que não se proporciona, em três ou quatro períodos letivos escolares, toda a capacidade profissional e o conhecimento requeridos para trabalhar toda uma vida. É preciso que haja um sistema contínuo, recorrente, de desenvolvimento profissional e cultural ou, do contrário, arrisca-se a trabalhar com crescentes graus de obsolescência técnica e social. Por outro lado, não parece suficiente e eficaz a condução atual desta questão, em termos de comissões técnicas para reestruturação dos cursos de pedagogia e licenciaturas e de projetos isolados para revitalização do ensino normal.

Há, hoje, no Brasil, uma vasta produção científica acerca da formação de professores, podendo-se lembrar os três volumes recentemente lançados pelo INEP e a Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação – REDUC, que apresentam os resumos analíticos em educação, com 311 trabalhos que tratam, em diferentes abordagens e perspectivas, da questão relativa à formação do professor no Brasil no período de 1960 a 1980 (Formação de Professores no Brasil..., 1987).

Percorrendo rapidamente esse acervo bibliográfico, observa-se que a questão da formação do professor é ali trabalhada em diferentes enfoques teórico-metodológicos, podendo-se registrar que os estudos arrolados apontam para questões como: estrutura curricular dos cursos de formação de professores e sua pouca especificidade; dispersão dessas habilitações, especialmente a partir das Leis nºs 5.540/68 e 5.692/71; relação entre as disciplinas e as cargas horárias respectivas, as quais não garantem a formação competente do professor; inadequação entre conteúdos ministrados e as reais necessidades de formação do futuro professor; o que é relevante e significativo para ser ensinado ao futuro professor; relação de conteúdos com as necessidades históricas; relação de conteúdos com as metodologias específicas; materiais didáticos que abordam questões de planejamento, avaliação do processo ensino-aprendizagem e as diversas áreas/disciplinas (Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências, Matemática, História, Geografia, Português, Inglês, etc.); formação geral versus formação especial; competência técnica e política do educador; cursos de aperfeiçoamento; treinamentos em serviços, dentre muitos outros temas naqueles estudos trabalhados e com indicativos de possíveis alternativas de solução, para o enfrentamento da questão da formação do professor.

Observa-se, por esses estudos, que não é por falta de uma produção científica que não se resolve a questão da formação do professor. Muito pelo contrário, o que já se produziu nesse campo, notadamente o que já se gastou com estudos sobre essa matéria, talvez fosse o suficiente para resolver o problema. Isto sugere que se deve colocar a questão em outra órbita, isto é, que seja enfrentada pela linha política, onde as organizações dos educadores poderiam desempenhar importante papel, desde que politicamente competentes.

Para tanto, sugere-se que as diferentes organizações dos educadores, partindo de seus núcleos locais, e ampliando-se aos níveis regionais e nacional, de forma pluralista e ramificada, com a necessária e indispensável participação dos associados, dediquem-se a desenhar estratégias para instauração de um sistema nacional de formação contínua do educador, abrangendo todas as questões do desenvolvimento do educador

requeridas pela proposta de democratização da escola e da sociedade brasileiras.

O eixo de uma proposta como esta seria as necessidades de competência técnico-política dos docentes engajados nos programas dos sistemas de ensino para efetivar a democratização de uma educação de boa qualidade, as quais deveriam ser atendidas por um processo recorrente de formação-atualização-inovação, que inclui a formação básica ao nível do ensino de 2º grau, prosseguindo, alternativamente, via ensino superior e educação no trabalho.

Caberia prever, inclusive, formas adaptativas das instituições formadoras para as regiões de maior carência de profissionais qualificados, através de núcleos ou centros intermunicipais ou microrregionais onde se desenvolveria a formação básica, e para onde convergiriam diversas formas de apoio à distância por parte da universidade e dos institutos de educação de mais sólida tradição e em cujo espaço sócio-cultural se proporcionariam condições de germinação ao intercâmbio de experiências profissionais e à difusão de inovações pedagógicas e de organização escolar.

Proposta de formação do professor como esta que se está a sugerir seria basicamente concebida pelas diferentes associações docentes a partir de ampla discussão com suas bases e com as principais agências locais responsáveis por esses serviços, sob a liderança dos professores reunidos em associações, e encaminhadas ao Estado/governos, como proposta dos educadores para o enfrentamento da questão da formação do professor, cabendo a essas mesmas associações, com o apoio da comunidade, responsabilidades no seu acompanhamento e avaliação.

Naturalmente, parte significativa desta questão tem a ver com os níveis de competência técnico-política praticados nas organizações dos educadores. A competência técnica seria evidenciada nas proposições que fossem levantadas para a solução do problema, de forma realista, a partir das necessidades e demandas constatadas na própria formação dos educadores hoje engajados na luta pela melhoria dos padrões de formação dos professores. Obviamente que essas demandas, levantadas a partir de uma autocrítica de sua própria formação, requerem consciência

política e não dispensam os aportes científicos trazidos pelo segmento mais intelectualizado da categoria, nem aquelas contribuições de vida da população mais carente e principal vítima ou beneficiária da ação educativa realizada pelos professores.

A competência política dessa ação de auto-assumir o processo de formação do professor, enquanto processo técnico-político-pedagógico, dar-se-ia em diferentes níveis, podendo-se, nesse início de conversa, levantar os níveis de concepção da proposta política da competência técnica pelos próprios professores, o que seria feito a partir dos níveis de autocrítica do seu próprio processo de formação, para o que se faz necessário maturidade individual e responsabilidade social, até o nível de persuasão do Estado/governos para que, efetivamente, assumam a proposta que se estaria a lhes oferecer, passando por todas as formas possíveis de negociação e pressão até à rejeição/boicote organizados a qualquer ação paternalista que venha do Estado ou de seus Órgãos, e que não coincida com aquela proposta apresentada pelos próprios professores. Isto somente seria possível com organizações fortes, competentes politicamente e comprometidas com conquistas criticamente viáveis, possíveis de realização, aqui e agora.

### Situação sócio-econômica

Não assusta aqui reconhecer que a situação sócio-econômica do professor, sobretudo de 1º e 2º graus, corresponde à de uma categoria profissional de baixíssima relevância social, com padrões de salários totalmente incompatíveis com as condições de vida e dignidade humano-profissional, no que se constitui em meio suficiente de acesso a níveis indignos de convivência social e de empobrecimento cultural.

Esta situação tem contribuído para tornar a profissão de professor atrativa apenas a candidatos menos qualificados, e que, desde a opção por frequentar um curso de magistério, já traz a marca do sentimento de fracasso ante a concorrência a outras profissões tidas como de maior status social.

Mesmo em contextos de instituições universitárias, onde o salário é um pouco melhor do que o oferecido aos professores de 1º e 2º graus, a si-

tuação da remuneração do professor é tida como de crescente desestímulo à permanência de profissionais mais qualificados, o que vem determinando uma evasão para outras atividades no setor privado ou a correria à montagem de subterfúgios capazes de complementar salários, quer através da burla ao regime de trabalho, quer através do desenvolvimento de consultorias ou de atividades de pesquisa paralelas às suas atividades de pesquisador-docente, quer através da acumulação ilegal de cargos e salários, enfim, de mil peripécias a que se lança esse profissional no afã de conseguir uma remuneração que lhe assegure padrões mínimos de convivência social e de enriquecimento cultural.

Isto tem contribuído para uma profunda descaracterização dos movimentos docentes, que, a cada novo semestre, têm sido impelidos a instaurar greves por melhorias salariais, com reais desgastes para a categoria frente a outros segmentos da comunidade e com efetivos prejuízos para a educação, a qual, após cada período de greve, é levada a dar um jeitinho no calendário escolar e até mesmo nos conteúdos anteriormente selecionados que, por pressão do pouco tempo restante, passam a ser considerados não significativos ou como dados, num flagrante desrespeito à totalidade do conhecimento, à seqüência necessária e, principalmente, ao aluno. Essas campanhas/greves por melhoria salarial têm desmobilizado os professores para outros assuntos que exigem uma maior participação e controle dos educadores e da comunidade.

Por pruridos de parte significativa da categoria docente, que ainda vê na profissão do magistério o **sacerdócio**, a **vocação**, essas campanhas salariais são agora desenvolvidas de forma associada a apelos comunitários e de cunho político mais amplo, como **melhoria da qualidade do ensino, mais verbas para a educação, educação pública e gratuita em todos os níveis, autonomia da escola**, etc. É inegável que todos esses *slogans*, se transformados em ações coerentes, seriam de salutar prática democrática, capaz de refletir positivamente nos padrões de educação da população e nas suas próprias condições de vida. Contudo, não parece honesto que se lance mão de propostas sérias para se pleitear melhor remuneração, pois esses movimentos têm-se esgotado nos exatos momentos em que se dão pequenas vantagens salariais.

A questão da remuneração do professor há de ser enfrentada como luta por um legítimo reconhecimento a um direito trabalhista, sem escamoteação a condicionamentos que são mais de responsabilidades do **patrão-Estado** ou da própria sociedade em sua totalidade. Neste particular, parece que os professores têm muito a aprender com os trabalhadores metalúrgicos, com os trabalhadores nos transportes coletivos ou dos serviços da limpeza pública. Esses profissionais, ao reclamar salários, não condicionam a qualidade de seus serviços à remuneração que lhes é atribuída. Antes, porém, a questão é tratada nos limites do reconhecimento a um direito que lhes é devido por uma atividade profissional desenvolvida.

No que diz respeito à carreira docente, tem-se outro aspecto que precisa ser repensado. Não é possível o magistério continuar à mercê de manobras politiqueras, onde se observa, a cada mudança de governadores ou prefeitos municipais, uma verdadeira devassa nos professores por este País afora, a cada quatro anos, ou de perseguições até mesmo àqueles professores que têm uma situação funcional legalmente definida.

Neste particular, é preciso que os professores reunidos em suas associações, e com a participação da comunidade, discutam honesta e seriamente a situação docente neste País e levantem propostas consistentes e coerentes e, acima de tudo, iniciem um processo de efetiva conquista de estruturação de sua carreira funcional, sem privilégios ou concessões pelo Estado, ante o conjunto dos trabalhadores das diferentes categorias profissionais.

Aqui o processo há de ser eminentemente de conquista da categoria por uma situação funcional justa. Não dá para se acreditar que os avanços possam se dar via obrigação de estados e municípios a terem os seus estatutos de magistério, sem os quais não receberão recursos da União ou auxílios financeiros internacionais. Esta política só tem contribuído para desmobilizar os professores.

Estatuto de magistério oferecido, concedido pelos estados e municípios, não gera compromisso de respeito pela norma estabelecida, pois se esgota na finalidade a que se destinava: receber os recursos que estavam

condicionados à sua existência, não passando, a partir dessa consecução, de mera letra morta, sem nenhuma outra finalidade. Isto é o que se constata na atual realidade brasileira, onde não é por falta de um estatuto de magistério que não se tem uma situação de carreira e salário docentes definidos. Muito pelo contrário, a quase totalidade dos 4.147 municípios brasileiros, hoje, conta com esse instrumento legal de pouca valia, o que mostra mais uma vez que não se muda a realidade social por um simples decreto.

Esta situação leva à compreensão de que também – e principalmente – as questões de carreira e salário docentes devem ser enfrentadas pela via competente da organização política dos educadores, em articulação com a comunidade, que deve estar suficiente e permanentemente informada da real situação dos professores, nesse assunto, como no conjunto das condições em que se desenvolvem os trabalhos docentes.

Vale ressaltar que, neste campo, necessita-se de redobrada competência política das organizações dos educadores, para que não se entre tão facilmente no **conto do vigário** por mais recursos para a educação, pois isto poderá favorecer, mais ainda, os constantes desmandos que se tem assistido, de Norte a Sul deste País, na aplicação dos escassos recursos da educação.

Hoje, por exemplo, já é opção de alguns educadores não mais votar em nenhuma moção ou proposta que pleiteie mais recursos para a educação, salvo se ela vier acompanhada de efetivas garantias de controle e fiscalização, pela comunidade, desses recursos. Nada mais fácil neste País do que se comprovar que a União está gastando 13% e os estados e municípios 25% dos seus recursos orçamentários em educação. Mas, concretamente, em que é mesmo que estão sendo gastos esses recursos?

Pelas notícias de relatórios, como o do Dia "D" da Educação, bem como através de diferentes denúncias públicas ou anônimas, há má aplicação dos recursos públicos, que vão desde os **aparentemente democráticos processos licitatórios para compras e para realização de obras públicas, onde se constatam a majoração de preços em até três ou quatro vezes acima do valor real, até a extravagante contratação de pessoal, onde**

apenas no setor educacional se fala de uma ociosidade que varia, por sistema de ensino, de 30 a 62%, mesmo se atribuindo de 10 a 20% do total do pessoal como reserva técnica para eventuais afastamentos de professores e pessoal de apoio. Isto sem se falar dos **marajás** que os meios de comunicação tomaram conta (não se sabe com que interesse ou a mando de quem) ou, ainda, daquelas denúncias que simplesmente apontam para o puro e indisfarçado desvio dos recursos públicos da educação e que até fazem parte, hoje, do folclore local ou nacional.

Esses desmandos têm a ver com a conquista de uma carreira e salários condignos. O que se desperdiça na administração pública falta no desenvolvimento dos sistemas de ensino em níveis de qualidade recomendável, falta na remuneração dos trabalhadores brasileiros, dentre os quais os professores, e é um verdadeiro atentado ao cidadão-contribuinte que, a cada novo dia, tem seus salários ou rendimentos diminuídos pela pesada tributação que lhe é imposta pelo Estado, este mesmo Estado que esbanja recursos públicos.

Acredita-se que as organizações dos educadores poderiam desempenhar importante papel, e de grande relevância social, no rigoroso controle e fiscalização dos recursos públicos, com o crescente envolvimento da comunidade. Como segmento mais intelectualizado da sociedade, parecem ter os professores excepcionais condições para o efetivo e pleno exercício da cidadania.

Assim, uma competente organização política dos educadores discutiria, com os seus associados e com a comunidade na qual está inserida e comprometida, os critérios para categorização de despesas que poderiam ser atendidas pelos recursos públicos da educação e, a partir daí, desenvolveria todo um trabalho de conquista pela aprovação e observância desses critérios, por quem de direito, nos diferentes níveis e esferas da organização política brasileira.

Exemplificando, um possível controle viável, aqui e agora, poderia ser o referente às necessidades de pessoal de um sistema de ensino, que deveria guardar uma aceitável relação professor-aluno e estimável a partir da demanda e oferta de matrícula; número de alunos por turmas; número

de salas de aula existentes na escola; número de turnos de funcionamento da escola ou da sala; capacidade mínima, média e máxima instalada e número de horas aulas possíveis; níveis de atendimento escolar (1ª à 4ª; 5ª à 8ª séries; 2º grau, etc.), dentre outros indicadores. Apesar do gigantismo dos sistemas educacionais, esta tarefa parece ser perfeitamente realizável, notadamente quando se pode contar com o auxílio do computador, para quem os grandes números e cálculos são facilmente domáveis. Semelhante raciocínio pode ser feito para determinar a necessidade do pessoal técnico-administrativo.

Sem euforia político-partidária, e à luz do real-concreto, chegar-se-ia às necessidades efetivas de pessoal, acrescentando-se a estas um percentual de reserva técnica para eventuais substituições. A totalização final das necessidades passaria a ser o máximo tolerável para ser atendido com os recursos da educação, ficando o excedente por conta da responsabilidade ou não do Estado, jamais sendo permitida a sua utilização para justificar gastos em educação. Mesmo quando retiradas dos recursos da educação e mantidas pelo Estado, devem ser objeto de denúncias públicas.

Um controle democrático como este que se está a sugerir, com certeza, aos poucos iria diminuir, até a total extinção, o pessoal excedente nas escolas, verdadeiros celeiros de práticas eleitoreiras. Poucos governos resistiriam à denúncia responsável de que o seu sistema de ensino necessita "X" professores e conta atualmente com "X" + "Y" + "Z". Não há situação mais gritante, para não se falar irresponsável, do que a de se saber que uma única escola possui 62 vigias em seu quadro de pessoal. E isto não é estória, é fato concreto, facilmente comprovável.

Outros controles poderiam ser desenvolvidos em diferentes áreas cobertas pelos recursos públicos da educação. Para não se estender muito com exemplificações, pode-se lembrar apenas a urgente necessidade de transparência no emprego dos recursos públicos de um modo geral, e no caso particular, dos recursos destinados à educação. A transparência de que se fala não é essa apregoada pelo governo, nos seus diferentes níveis. A pretendida é aquela a ser conquistada pelo exercício da cidadania e da organização política da categoria. Mecanismos científicos e sabedo-

ria popular não faltam, bastando a vontade política de decisão das organizações civis, sobretudo das organizações dos educadores. Controlar o Estado pode ser um meio eficaz de solução para os problemas de carreira e salário docentes.

### Organização política

Apesar dos constantes períodos de fechamento político verificados no Brasil e da pouca prática associativa da sociedade brasileira, pode-se falar que no campo da educação há continuadas tentativas de organização política dos educadores desde 1879, portanto há mais de um século (Cunha, 1981).

Exemplificando, e numa primeira aproximação ainda incompleta, pode-se categorizar essas organizações, em âmbito nacional, como:

- **Organizações de caráter econômico-profissional, de tendência mais corporativista** (Confederação dos Professores do Brasil, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, Federação Nacional dos Orientadores Educacionais, etc.);
- **Organizações de caráter de estudos científicos** (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, etc.);
- **Organizações de caráter eminentemente político-educacional** (Associação Brasileira de Educação, Associação Nacional de Educação, etc.).

Na perspectiva formal, observa-se que essas organizações satisfazem os pré-requisitos para a existência de entidades civis: têm personalidade jurídica adquirida com o registro de seus estatutos e atos constitutivos em cartório; possuem diretoria geralmente eleita; têm um quadro formal de sócios; declaram-se autônomas e definem-se como canais de expressão, participação e influência sobre o Estado. A maioria delas se faz representar em todo o território nacional, através de suas vice-presidências, secretarias, núcleos ou comitês regionais e de afiliadas estaduais.

A nível das Unidades da Federação, essas associações se proliferam, a ponto de hoje se ter entidade para todo o tipo e gosto. É comum se encontrar, numa mesma Unidade da Federação, de duas a três associações de professores congregando, por vezes, o mesmo profissional. Isto se deve, basicamente, à briga de poder local.

A simples constatação de uma cadeia ou rede de organizações dos educadores pode parecer o suficiente para se dizer que os professores constituem-se numa categoria profissional organizada, apta a desenvolver o seu papel. Contudo, se se indaga sobre a competência política dessas organizações notadamente as suas funções de influência e participação nas decisões do Estado, parece haver um longo caminho a ser conquistado e percorrido.

O que faz a força de uma organização é a sua competência política, sua coesão ideológica, a participação efetiva de seus membros, um mínimo de consenso no dissenso em torno da luta por objetivos comuns e sua autonomia econômico-financeira.

Por **competência política** entende-se a capacidade da organização em autodeterminar-se, situar-se criticamente no tempo e no espaço, conhecer todo o seu potencial e limitações, possuir reconhecido poder de representação de seus associados, em seu nome ser capaz de falar, ser ouvida e considerada quando da decisão que quer influenciar ou dela participar.

**Coesão ideológica** significa o *corpus* de idéias com força capaz de motivar interesses e comportamentos comuns na consecução de objetivos socialmente relevantes para o grupo, a categoria profissional ou todos os segmentos da sociedade.

**Participação efetiva de seus membros** é a presença dos associados no dia-a-dia da organização, não apenas para debater, discutir, aprovar e encaminhar interesses profissionais ou sociais específicos, mas para **convivência e vivência**<sup>1</sup> comunitárias.

1 Veja discussão a respeito de convivência e vivência em Demo, 1987, p. 32-3.

**Mínimo de consenso no dissenso** é a regra democrática capaz de assegurar que interesses díspares e por vezes conflitantes possam ser apaziguados a partir da metade mais um, que simboliza a maioria dos interesses comuns. No caso não pode funcionar a tradicional regra do *quorum* legal da primeira convocação, ou com qualquer número de sócios, em segunda convocação, logo após os trinta minutos da primeira. Se não há *quorum* suficiente para se extrair o mínimo de consenso no dissenso, não há por que se decidir ou encaminhar, pois o que está em jogo não é o interesse da maioria, mas o de grupos ou facções que não possuem representatividade no conjunto dos associados.

**Autonomia econômico-financeira** pode ser traduzida a partir da velha sabedoria popular segundo a qual "quem não pode, não se estabelece". Se a decisão de criar uma organização é tomada por pessoas livres, conscientes, responsáveis, a essas pessoas cabe o dever de proverem os meios necessários para que essa organização se mantenha e promova os interesses de seus associados. Isto não quer dizer que não possa ou não deva receber apoio financeiro de terceiro, particularmente do Estado, para aquelas atividades de cunho técnico-científico-político onde são tratadas questões de interesse mais amplo, de maior responsabilidade do Estado, do que mesmo de uma simples categoria profissional. O que é preciso é que se tenha o cuidado necessário para que essas ajudas não venham a comprometer as finalidades da organização, nem tampouco a favorecer obediência ou intervenções indevidas na própria dinâmica e autonomia da entidade.

Pedro Demo é o pensador social brasileiro que talvez mais tenha se dedicado ao estudo e compreensão do fenômeno participativo e da capacidade de organização da sociedade civil e, segundo ele, "**participação é conquista**, para significar que é um **processo**, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada". Acrescenta esse pensador que participação **não pode ser entendida como dádiva, não pode ser entendida como concessão, não pode ser entendida como algo preexistente** (Demo, 1986, p. 18).

Associada às suas preocupações com o fenômeno participativo e com a capacidade de organização da sociedade civil, esse autor mostra-se também preocupado com a questão da qualidade, que compreende duas dimensões: **qualidade formal** e **qualidade política** (Demo, 1987, p. 15). Por **qualidade formal** entende "a perfeição na seleção e montagem de instrumentos". Poder-se-ia dizer que é a organização em si, compreendida nos seus atos constitutivos, no seu aparato institucional e nos seus mecanismos de funcionamento. Por **qualidade política**, as "finalidades e conteúdos", que determinam as relações do homem com o seu semelhante, nas suas múltiplas relações sociais; do homem com o fenômeno do poder e deste mesmo homem com a natureza. Na dimensão qualitativa da participação – formal ou política – "não vale o maior, mas o melhor; não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação" (Demo, 1987, p. 24).

Ainda conforme este autor, constituem **dimensões relevantes do fenômeno participativo: representatividade da liderança, legitimidade do processo, participação de base e planejamento participativo auto-sustentado**.

A organização goza de **representatividade da liderança** quando os seus líderes são eleitos através de processos democráticos que, para serem autênticos, têm que ter **concorrência, rotatividade, prestação de contas e entender-se como serviço à comunidade**.

A **legitimidade do processo** é assegurada pela existência de regras claras, lúcidas, transparentes e democraticamente estabelecidas.

A **participação da base** é a essência da organização, sem a qual não há por que ter organização. Ela se dá "no comparecimento às reuniões, no compromisso de auto-sustentação, na contestação dos erros da cúpula, na reivindicação dos direitos do associado, no interesse pela vitalidade da comunidade, no combate à tendência burocratizante e assim por diante".

Finalmente, **planejamento participativo auto-sustentado** "é a capacidade de perceber os problemas e de montar para eles soluções viáveis, comunitariamente planejadas e executadas" (Demo, 1987, p. 30-1).

Diante da compreensão que se está tendo de organização como **força politicamente competente** e do que Pedro Demo trata como **dimensão de qualidade** política das organizações da sociedade civil, é de se perguntar: **são as organizações dos educadores dotadas de força ou qualidade política?**

Não se pode responder a indagação como esta sem antes se ter realizado cuidadosos estudos qualitativos em cada uma das organizações dos educadores. Contudo, e ao nível de suposição, pode-se levantar a hipótese de que as organizações dos educadores não têm força e nem resistiriam a uma avaliação de sua qualidade política. Isto não quer dizer que, se comprovada a hipótese, deveriam ser fechadas. Muito pelo contrário, o longo percurso de suas existências foi e é fundamental para que a partir de agora se persiga o objetivo da força ou da qualidade política que se pretende que elas tenham. Sem o que se andou até aqui, não se poderia chegar onde se quer e se deve chegar.

Supõe-se que falta força ou qualidade política nas organizações dos educadores a partir de observações, próprias e de terceiros, de que elas representam mais interesses de grupos do que de uma dada categoria profissional ou segmento da intelectualidade brasileira. Geralmente, a participação da base, dos associados, é mínima no cotidiano da organização, até mesmo em momentos de grandes decisões, quando comumente é recorrido à segunda ou terceira convocação, com o *quorum* de qualquer número de sócios, conforme os estatutos. Também não se observa algum tipo de coesão ideológica, ficando apenas próximo naquelas questões de cunho mais corporativista e que representam ganhos econômicos imediatos.

Por outro lado, em depoimentos de diretores de algumas dessas associações, observa-se que se trata de um grupo de abnegados que, a **peito e coragem**, conduzem a associação a algum lugar, num trabalho voluntário de boa vontade, muitas vezes representando um pesado fardo a ser acrescido ao seu labor profissional diário, por isso mesmo sendo conduzido em serões que entram pela madrugada, ou nos feriados e finais de semana.



---

Outra evidência que aqui pode ser trazida, diz respeito à sua base econômico-financeira. Se a contribuição do sócio depender da sua decisão voluntária de dirigir-se ao guichê da associação ou da rede bancária autorizada, fatalmente essa associação está predestinada a viver a **pão e água**, em permanente estado de miséria ou pré-falimentar. A prática comum de sustentação econômica de muitas dessas associações, sobretudo as de níveis estaduais ou ligadas às universidades, é conseguir efetivar o recolhimento da contribuição do sócio através da folha de pagamento, ficando, deste modo, presas a favores do Estado ou da administração da universidade, que, na primeira oportunidade, cobra o seu (por vezes) elevado preço. Tem-se notícias de casos em que o governo se incompatibilizou com a diretoria da associação, determinando fosse retirado da folha o recolhimento da contribuição, sendo isto o suficiente para que aquelas associações ficassem inviáveis econômica e financeiramente, chegando inclusive a responder processos na justiça, por não terem como liquidar dívidas assumidas.

Pior que a falta de uma sólida base de sustentação econômica é a enveredação por caminhos que levam à decisão de diretoria em construir grandes sedes, clubes recreativos, colônias de férias, casa de hóspede para professores, etc. Por não possuir recursos próprios para tão altos investimentos, terminam por recorrer a favores do estado ou município, com a intermediação de políticos e com apelos melodramáticos, preferencialmente no Dia do Professor, no que terminam sendo atendidos, em sua grande maioria, ficando assim **atreladas** ao estado, ao município ou a políticos, nem sempre honestos ou escrupulosos quando da solicitação do retorno.

Um momento particular na vida de certas associações é quando da realização de encontros ou congressos da categoria, preferencialmente em âmbito nacional, pois dão oportunidades para resolver problemas de caixa, quer pelo recolhimento de anuidades atrasadas dos sócios, quer pelos recursos possíveis de serem retirados do Estado ou da iniciativa privada. Aliás, já se ouviu depoimentos de certas diretorias que sem congressos, encontros, simpósios, etc., não dá para sobreviver, pois o caixa fica a zero.

Por outro lado, e com raras exceções, essa prática de grandes eventos

nacionais parece não ser a mais aconselhável para discussão e encaminhamento competentes dos interesses da categoria ou da educação. Primeiro, pela dispersão de temas e enfoques; segundo, pela reunião de grande público com interesses os mais díspares possíveis e com reais sacrifícios na apresentação e condução dos debates, bem como na apresentação, votação e encaminhamento de moções ou propostas; terceiro, porque algumas propostas/reivindicações retiradas desses grandes eventos trazem certas marcas da manipulação competente de práticas assembleístas por vezes com forte teor emotivo, e nem sempre consistentes ao nível de, efetivamente, contribuírem para o avanço das organizações dos educadores ou da melhoria da educação, dentre outros.

É necessário salientar que esses eventos podem apresentar vantagens, quer pela quebra do isolacionismo, quer pela troca de informações e experiências por vezes interessantes, quer pela demonstração de força na mobilização de tantos profissionais. Mesmo assim, é preciso avaliar o que pesa mais: as vantagens ou as desvantagens?

Acrescente-se, ainda, que esses eventos estão se transformando em atrações em si. Quem já trabalhou numa secretaria estadual ou municipal de educação, ou no próprio Ministério da Educação, conhece bem as frequentes solicitações por parte de professores e técnicos para conseguirem auxílio financeiro destinado a cobrir despesas com passagens e hospedagem. Se não for concedida a ajuda, dificilmente participarão, restando a dúvida se é por falta de condições ou de real interesse. Por vezes, transparece a idéia de que é sempre bom fazer turismo em nome e com os recursos da educação. Mas o pior de tudo isso é a própria dúvida sobre a eficácia desses eventos e de suas possíveis contribuições para a melhoria da educação, do professor ou da categoria profissional. Há quem diga, depois de alguns deles, que a pobre educação está mais pobre ainda, sobretudo pelos elevados gastos realizados com esses eventos. É preciso que se avalie essa prática.

### A guisa de conclusão

O atual momento político brasileiro, apesar de confuso e de bastante perplexidade, exige uma parada obrigatória para que se pense o que fazer desse sonhado e aspirado processo de construção democrática.

Isto se deve, principalmente, a uma **Nova República** que ainda não se definiu por que veio, salvo na continuidade – dos casuísmos, da política social eminentemente assistencialista, da opção pela manutenção e até ampliação dos privilégios de grupos econômicos, do clientelismo na distribuição de cargos, salários e favores e no desnorreamento de uma política econômica, que a cada dia toma caminhos incertos e ignorados e que dificilmente ancorará este País em algum **porto seguro**, e a uma **Assembleia Nacional Constituinte**, que traz consigo defeitos congênitos e que está comprometendo enormemente a gestação da nova Constituição, onde a tendência aponta para definições pelo econômico, ficando mais uma vez o social na ante-sala dos bons propósitos.

Por outro lado, é patente que os partidos políticos brasileiros não se constituem em meios adequados para representar a sociedade civil no Parlamento e, conseqüentemente, na sociedade política, como normalmente ocorre em países com tradição democrática. De entrada, pode-se dizer que não se têm partidos políticos na verdadeira acepção do termo e das finalidades dessa organização maior da sociedade civil.<sup>2</sup> Os casuísmos que permeiam a vida partidária brasileira, sobretudo a síndrome de ser governo e poder, retiram da boa parte dos políticos brasileiros a possibilidade de terem e conservarem o menor princípio ético-ideológico, o que os leva a mudarem de partido, ou a votarem contra a orientação do próprio partido, desde que isto represente ganhos/vantagens para si, para seus cabos eleitorais ou, no mínimo, os conservem com um pé dentro do governo. A história política brasileira está repleta desses casos, de conhecimento público, o que dispensa que se relembre os fatos mais recentes e que determinaram a formação da **Aliança Democrática**, ou, ainda, a forma como se dá a base de sustentação política do atual governo.

Tudo isso somado deve levar a sociedade civil brasileira a repensar a sua prática política e a reconhecer o potencial existente em si própria, que será um tanto maior quanto for a sua capacidade em se articular, se agrupar, enfim, se organizar. É provável que essa parada obrigatória possibilite o enxergar da luz no fim do túnel, com o seu foco direcionado para a (re)ordenação da prática associativa dos diferentes grupos sociais.

Se verdadeira a crença que se tem de que a educação é instrumento decisivo para a conquista e exercício da cidadania, parece que os profes-

2 Veja discussão de partido político como expressão maior da sociedade civil em Demo, 1986, p. 31-9.

res constituem o grupo privilegiado da sociedade para a prática associativa, com força ou qualidade política.

Não obstante esse provável favoritismo e os mais de cem anos de história de organização que essa categoria já conta, com acertos e erros, avanços e recuos, bravuras e fraquezas, têm-se ainda muitas dúvidas sobre se realmente os professores são capazes de se agruparem em torno de organizações politicamente fortes. Essas dúvidas são as mais diversas possíveis, podendo-se lembrar aquelas que indagam sobre o tipo de cidadão que é o professor brasileiro; as limitações que lhe são impostas pela sua condição social de pequeno burguês (não importa se em via de proletarianização) e sempre propenso a manter e ampliar privilégios, até mesmo a sua condição de empregado, em sua grande maioria, de um Estado que, nas relações de trabalho, se encarrega de completar e consolidar a sua formação de educador.

Muitas dessas dúvidas talvez se deva ao fato de como até aqui se desenvolveu a prática política do professor, individual e coletivamente, num Estado reconhecidamente capitalista. Isto exige que se repense essa prática, agora, mais do que nunca, na perspectiva de uma organização com suficiente força política, capaz de participar da construção democrática da escola e da sociedade brasileira.

De uma coisa se está bastante convencido: **é preciso que as organizações dos educadores avancem politicamente.**

### Referências Bibliográficas

CUNHA, Luiz Antônio. A organização do campo educacional: as conferências de educação. **Educação & Sociedade**, São Paulo, 3(9):5-48, maio 1981.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1987. p. 32-3 (Coleção polêmicas do nosso tempo, 25)

\_\_\_\_\_. **Participação é conquista**; noções de política social participativa. Fortaleza, Ed. da UFC, 1986.

FORMAÇÃO de professores no Brasil; 1960-1980. Brasília, INEP/RE-DUC, 1987. 3v. (Resumos analíticos em educação)